03.5.1.5-15/1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Senhor Chefe do Gabinete:

Encaminho a V.Exa. em anexo, cópia da tese do DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 30 de setembro de 1968

Odin Casses
Assessor

Recomendações do Sr. Ministro

OC/sr.

03.5.15-15|2

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
ENCAMINHAMENTO Nº 283/ASJP/DSI/MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SSG

AO: Exmo.Sr.Ministro de Estado da Educação e Cultura

DATA: 26.9.68

ASSUNTO: 30º Congresso da UNE

DISTRIBUIÇÃO: Sr.Ministro;SSGB;SSERJ;DR/DPF;ETFCSF;UFRRJ;UGF;PUC;UFRJ; SNI/ARJ;CENIMAR;CIE;CFE;DES;DESU;DNE; 2ª EMAer;

Esta Divisão encaminha o seguinte: Cópia da tese do DCE-livre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

0o0o0o0o0o0o0o0o0

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DÊSTE DOCUMENTO. (Art. 6º-Dec. 60 417/67, Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)
O presente documento não pode constituir peça de processo (Dec. 60417/67).

CONFIDENCIAL

03.5.1.5-15/3

# 30º congresso da une

COMO LUTAR

tese do dce-livre da universidade federal do rio grande do sul

30º congresso da une

03.5.1.5-15/4

## COMO LUTAR

### I- As entidades livres - sua origem.

Para analizar o papel das entidades livres é necessário remontar a sua origem.
Antes de 64, as entidades estudantis não eram livres isto é, elas estavam tão enquadradas no esquema governamental como estão hoje os sindicatos operários. Isto significa, que não só elas recebiam verbas do govêrno, mas também planificavam sua ação como se fôsse uma peça complementar do MEC. Enquadradas de tal forma as entidades, o movimento não poderia ir além do que foi; as lutas, por mais radicais que parecessem, tendiam a esgotar-se dentro dos limites do regime, isto é, aceitavam a dominação de classe. Como premissa as entidades tinham o papel de administrar os assuntos de interêsses estudantis, mas com diretrizes políticas que os levava a administrá-los segundo os interêsses das classes dominantes (as diretrizes [illegible] do governo federal). Assim mesmo foi possível a algumas entidades desempenhar um papel de agitação nos anos de 60-64, face à situação política brasileira. Esta agitação porem era feita segundo a orientação nacionalista que colocava o movimento a serviço dos interêsses da burguesia "nacional".
O golpe de 64, a perseguição, tanto dos setôres da esquerda revolucionária como aos da esquerda "nacionalista", levou o movimento estudantil (para sobreviver) a fazer reformulações em suas entidades. Enquanto a "lei Suplicy" procurava arrochar mais o contrôle sôbre estas, o M.E. debatia entre três teses, o seu comportamento em relação à lei 4464. A primeira destas teses propunha aceitar o enquadramento (aceitar o DNE, DEEs). A segunda propunha o boicote total, independente das condições objetivas (não participação a qualquer custo). A terceira tese (que mostrou ser a correta) propunha o boicote na prática; aceitava que a participação em eleições oficiais poderia ser válida, desde que, na prática, êstes DAs não aceitassem as diretivas do govêrno. A atitude firme

dos estudantes de montar as suas entidades independentes das classes dominantes (apesar dos vícios cupulistas) foi a posição mais avançada, representando um papel revolucionário na resistência da "Revolução Redentora". Não tendo a UNE UEEs e inclusive DAs livres; e por outro lado boicotando na prática as diretrizes da "lei Suplicy" (aos DAs oficiais), o movimento estudantil criou um poder paralelo; uma estrutura de representação estudantil independente das injunções do govêrno. Mas, se por um lado as entidades livres declaram a independência do ME em relação ao govêrno, a forte repressão, e a incompreenção, ainda, do novo significado que deveriam assumir, levaram a que estas entidades não cumprissem completamente o seu papel. As entidades livres resumiram o seu papel político na denúncia da ditadura, deixando totalmente de lado a condução das lutas reivindicatórias. Isto fèz com que a luta política se esvaziasse de conteúdo ràpidamente: a mera denúncia da ditadura sem mostrar como ela interferia na vida prática do estudante, e qual era o seu conteúdo de classe, levou à "agitação pela agitação", e o movimento estudantil passou por uma fase de descenso (67) (1º ano de 1 nôvo Gov, esperando)
As primeiras críticas a êstes desvios "esquerdistas" ou seja: o de conduzir a luta política desligada das reivindicações concretas dos estudantes, foram marcadas por um desvio "direitista", o de opôr a luta política à luta reivindicatória, defendendo esta última. Porém, o próprio aguçamento da vida política, e seu reflexo da crise por que passa a Universidade brasileira, ajudou as lideranças a corrigirem ambos os êrros. É certo que êles existem em muitos lugares, porém se dá largos passos no sentido de sua superação. Atualmente se entende que as entidades devem ter papel político que englobe tanto as lutas reivindicatórias como as lutas políticas mais gerais. Manter o funcionamento das entidades nos moldes de antes de 64 é hoje impossível; impossível e indesejável.

## II- A estrutura livre do movimento estudantil e seu funcionamento

Não suficia o mesmo resultado das [illegible]

Os DAs e os Centros de estudo (filosofias), são as entidades mais ligadas às bases estudantis. A êles

03.5.1.5-15/6

cabe levantar a bandeira da luta pelas reivindicações específicas de cada curso. Os DAs, funcionando como base de apôio dos DCEs, UEEs, UNE, devem imprimir à luta específica de cada escola o caráter geral da reivindicação, mostrando tôdas as suas implicações políticas. Os DCEs (no âmbito da Universidade) e as UEES (no âmbito estadual) devem integrar as lutas específicas de cada curso numa luta geral, acumulando fôrças suficientes para obter as reivindicações e elevar o nível político do movimento. a UNE deve funcionar apoiada nas UEEs e DCEs; como liderança máxima do movimento estudantil, ela precisa estabelecer contatos com as bases através das lideranças intermediárias. A UNE pode levar as experiências de um estado para o outro, mas sòmente as lideranças podem sentir o pulso do movimento local e colaborar para que a UNE possa traçar diretrizes gerais aplicáveis em cada estado.

Esta interligação entre as entidades livres e os DAs que boicotam o MEC representa a estrutura livre do ME. A UNE como entidade nacional, tem um papel específico que não substitui o papel das UEEs e DCEs. Não cabe a ela passar por cima da atuação das entidades intermediárias, sob o pretexto de divergência política. Da mesma maneira não cabe a esta substituir a UNE, sob o mesmo pretexto. O episódio do divisionismo, uma das características hoje, será superado quando se compreender totalmente a importância das entidades livres. A sua preservação transcende os efeitos desta ou daquela diretoria, trata-se da preservação de uma estrutura de poder paralelo, portanto, uma estrutura revolucionária, embora ainda não completamente consolidada. Para evitar que o divisionismo sobreviva é necessário compreender o papel da oposição. A oposição política corrige os êrros da liderança, orienta-a nas diversas fases da luta e fortalece a entidade. Tôda a vez que alguns estudantes discordarem da atuação de uma diretoria, devem fazer oposição. As próprias diretorias devem sempre prestigiar a oposição, propiciando a ela veículos de divulgação de suas posições. Uma diretoria de entidade que não tem oposição política, pode muito mais fàcilmente perder o rumo, perder o contato com a realidade.

Com a reação o comportamento não deve ser diferente. Negar a condição de oposição à reação, é permitir que estas se estruturem. Devemos obrigar, também a reação a atuar dentro dos quadros da entidade. Isto não quer dizer fazer concessões, mas sim obrigá-la a perder dentro da entidade; assim estaremos reforçando mais as entidades e obrigando a que a direita reconheça as entidades livres. O mais importante da atuação da reação é que ela torna clara (dentro da Universidade a luta de classes, tornando mais fácil desmistificar as lideranças pseudo-revolucionárias.

III- O papel da liderança de entidades.

As antigas concepções e o comportamento da entidade, levavam a que a massa tivesse oportunidade de optar apenas uma vez por ano, na época de eleição. A eleição (que geralmente era por simpatia) era um voto de confiança por um ano; a liderança eleita tinha o direito de representar a massa por tôda a sua gestão. Com os novos objetivos do movimento surgem novas necessidades. A necessidade de conseguir uma maior participação (consciente) nas ações torna necessário que as lideranças tomem cuidade para não substituir a ação da massa. Ou seja, não tentar impor diretrizes, quer políticas quer práticas, não atuar "em nome" da massa, não deixar que o funcionamento burocrático prevaleça sôbre as necessidades reais do movimento. O êrro contrário, seria no entanto, abandonar o movimento às massas, deixando de apresentar diretrizes; êste tipo de atuação pode ter duas consequências: ou o esvaziamento do movimento ou o empirísmo, o espontaneísmo. Como organizadores que são as entidades têm a obrigação de apresentar as diretrizes; de revormulá-las a partir das discussões, mas nada a exime do seu papel de condutor do M.E.

Um dirigente de entidade é sempre eleito por ter aparecido à massa como um lider; é necessário que êle cumpra seu papel liderando a massa. O PAPEL DE UM LIDER É TER CLAREZA DOS OBJETIVOS A SEREM ATINGIDOS E DOS MEIOS DE QUE DISPÕE PARA ATINGI-LOS. ESSES MEIOS DEPENDEM DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS (FÔRÇA REAL DA MASSA FÔRÇA DO INIMIGO, CIRCUNSTÂNCIAS PRÁTICAS, ETC...) E DAS CONDIÇÕES SUBJETIVAS (DISPOSIÇÃO DA MASSA DE LEVA

à FRENTE A AÇÃO). Cabe ao líder, pesando êstes fatôres, propor uma diretriz à massa, dando a ela os elementos de que se utilizou para elaborar a diretriz. Cabe a êle sentir a disposição dos estudantes e encaminhar o movimento ponderando sempre sôbre todos êstes fatôres. Há muitas circunstâncias em que o líder deverá tomar decisão sem poder convocar uma assembléia. Êle não deve se omitir; deve tomar a decisão, mesmo com o risco de errar. Se isto acontecer, a massa saberá que êste êrro será corrigido com uma auto-crítica na prática. Sòmente conduzindo desta maneira é que os dirigentes das entidades estarão cumprindo com o seu papel de organizadores do M.E.

IV- Os instrumentos das entidades.

O movimento estudantil se propondo o objetivo de lutar pelas reivindicações estudantis e entendendo que estas reivindicações não poderiam ser globalmente atingidas senão com superação desta estrutura, colocando-se ao nível das lutas gerais da sociedade, ao lado dos trabalhadores.

Isto porque sabe que sòmente êstes poderão fazer ruir o regime em que a base da justiça é o lucro e não o trabalho.

Entendendo assim o tamanho da tarefa que nos propomos é que vemos que ela não poderá ser cumprida como uma ação de cúpula; será necessário a participação da massa e a participação sòmente será conseguida conforme os estudantes tenham consciência de seus objetivos. A massa deve participar de tôdas as decisões. Estas devem ser tiradas em assembléia como coroamento de discussões mais profundas feitas em grupos e em classes na qual se amadureçam posições. Para que a massa participe das assembléias é necessário que as lideranças cumpram constantemente com a tarefa de agitação e propaganda, dos problemas específicos, dos métodos de análise científica, dos problemas gerais da sociedade (onde as lutas operárias têm particular importância). É a agitação que fará com que os estudantes se interessem pelo movimento, é a propaganda que fará compreender o seu significado. Os problemas específicos os trarão para a luta. Os problemas gerais farão com que os específicos sejam entendidos dentro do conjunto.

Devido a isso é que a palavra escrita assume fundamental importância. A imprensa penetra na massa e a mantém constantemente informada e preocupada com o movimento. Os murais, com um bom estudo de comunicações visuais, fazem com que o estudante ao entrar na escola já saiba das últimas novidades.
Mas ter uma imprensa bem montada não deve diminuir a preocupação da liderança da ação direta. Ir às salas constantemente, informar e discutir os últimos acontecimentos (sejam específicos, sejam gerais) é uma tarefa que não pode ser substituida por nada. Isto fará com que além de informar, as lideranças possam melhor entender as preocupações da massa.
As tarefas culturais, sociais e esportivas das entidades não devem ser esquecidas. Deixá-las de lado seria abrir uma brecha para a penetração da reação.

V- As manifestações

Hoje com o ascenso do movimento estudantil, torna-se necessário analisar o papel da forma das manifestaçõe estudantis, e vinculá-las com o conteúdo específico e geral do movimento.
Houve tempo que só havia duas formas de manifestações estudantis: a greve e a passeata. Eram as duas receitas mágicas que curavam todos os males. Foi o esvaziamento destas formas que levou as lideranças a meditarem sôbre a significação destas manifestações. Quando não se conseguia mais pôr gente na rua para uma passeata; quando o efeito de uma greve era as faculdades vazias; começou-se a pensar no que fazer. Como sempre, a um desvio "esquerdista", segue-se um "direitista". Começou a fase da simples negação das geeves e passeatas. Foi também nêste caso, o aguçamento da luta política que impôs às lideranças a necessidade de criar novas fórmulas, e de vincular estas formas ao conteúdo da manifestação. Como sempre, porém há os estudantes que continuaram e continuam ainda propondo greves e passeatas, indiscriminadamente, e com datas marcadas.
É nêste contexto que se impôs a posição de "diálogo", aprovada no Conselho da UNE, realizado em maio na Bahia. O nome lembra conciliação; no entanto representa a posição política mais avançada, aquela que ousa enfrentar o poder constituido. Face à [illegible] relativa do Govêrno, especialmente do MEC, [illegible]

dades propuseram "diálogo" aos estudantes; enquanto alguns colegas acharam que dialogar com as autoridades seria uma "traição ao "E" e que os estudantes deviam "sair às ruas", outros resolveram aceitar o "diálogo". Porém, nas ruas. A primeira posição é isolacionista; não vê que o movimento estudantil já passou a fase do mero protesto e que já tem fôrça para se antepor ao Govêrno; é conservadora na medida em que quer conservar uma forma de manifestação que não corresponde às necessidades atuais do movimento. A segunda posição representa a aceitação de um confronto com o poder. Significa "topar briga" com o Govêrno; com imposição de condições, com a massa na rua, tomando prédios, prendendo "tiras", interrogando reitores, e também com a massa nas escolas dirigindo o funcionamento das faculdades. As manifestaçoes anteriores eram passivas, apenas de protesto, na medida em que ainda não tinham fôrças suficientes para tomar iniciativas. Agora são os estudantes que comandam a ação. As manifestações são ofensivas. Por tomar a iniciativa de agir contra a autoridade do Govêrno o movimento estudantil já está praticando uma violência. Porém essa violência pode se materializar concretamente em depredação; a violência concreta pode partir da iniciativa dos estudantes e pode ser uma reação à violência do Govêrno. Porém, quer para atacar, quer para se defender, o ME deve se organizar. O grande desvio em que pode cair o ME é o de encarar a violência como objetivo em si e não como meio político. Nêsse sentido, é necessário maiores discussões sôbre o caráter político da violência. O seu emprêgo deve estar subordinado às necessidades da ação para a consecução de um determinado objetico e também a disposição da massa para a violência. Se o objetivo é a propaganda da violência como método político de resistência e oposição à ditadura de classes (desenvolvimento da luta de classes) deve-se escolher bem que meios serão utilizados e procurar explicar didàticamente à opinião pública o seu significado.
Outro desvio que se deve evitar é o de cristalizar formas de manifestação, tentanto aplicá-las arbitràriamente. Êsse desvio pode levar o ME a sérias derrotas. Cada manifestação deve ser organizada em função do objetivo parcial que se quer atingir, das condições

03.5.15-15/118

políticas gerais, da fôrça do inimigo, da disposição da massa e enfim da repercussão política que se quer atingir. Sem atentar para todos êstes fatôres, pode-se esvasiar todo o movimento.
As últimas manifestações têm mostrado quanto se pode criar em matéria de formas. Mas o que se viu também é que sòmente com a discussão constante nas bases, a sua organização e a conseqüente elevação do seu nível político é que se continuará caminhando para a frente.

VI- Organizar a base

As primeiras experiências de organização pela base datam das "setembrinas" (66), quando, pela primeira vez depois do golpe, o movimento estudantil saiu às ruas maciçamente. Isto se deu face às condições de semiclandestinidade com que tiveram que ser organizadas as manifestações. O seu caráter era simplesmente de mobilização para a ação e consequentemente com o descenso do movimento, desapareceram. As frentes de trabalho de 66 não eram núcleos de discussão política. Em 67 elas reaparecem na época da preparação do 29º Congresso da UNE. Nêsse período foram grupos de discussão política sôbre as teses do congresso, e de mobilização para a sua preparação. Tanto a primeira como a segunda experiência deixaram a prática desvinculada da teoria.
Depois, sòmente, do 29º Congresso, e especialmente em 68, aparecem os Grupos de Trabalho e as Frentes de Trabalho que têm realmente a preocupação de organizar pela base. Ou seja, grupos que fazem discussões políticas que orientem suas ações. Essas organizações correspondem às necessidades de um movimento que não quer mais se organizar cupulísticamente e sim pelas bases. Se a massa é agente do movimento e não "massa de manobra", ela deve estar consciente de sua ação. Essa consciência, porém, não é um presente que as lideranças lhe dão; deve ser conseguida na luta do dia a dia, na união da teoria com a prática. As lideranças acostumadas a uma política cupulista hesitam sempre em promover a formação de grupos e frentes de trabalho, ou procuram, consciente ou inconscientemente, impedir o seu crescimento e fortalecimento. Isto porque, a ampliação do movimento organizador pelas bases implica em conceder uma certa autonomia à massa, dando-lhe elementos para julgar a

03.5.1.5-15/12 

ação da liderança.
A organização pela base de maneira correta representa por isso, uma verdadeira "revolução" dos métodos de organização do movimento estudantil. Dizemos "de maneira correta" pois existem diversos desvios e incorreções na formação dessas organizações. Os grupos de trabalho e as frentes de trabalho aparecem sempre em função da mobilização para uma ação qualquer, seja ela diretamente política, ou reivindicatória. Correspondem à necessidade que a massa sente de se organizar para a ação. Por isso, o tipo de organização é diferente em cada lugar e em cada época. Que quer dizer isso? Que a organização é estruturada em função da ação.
Em geral êsses grupos são bastante fluídos. O número de seus componentes varia dia a dia. Podem ter ou não ter uma função específica além de sua função geral dentro do movimento. Podem ter um coordenador fixo ou em rodízio. Êsse coordenador leva as posições do grupo à Coordenação Geral dos Grupos de Trabalho ou Frentes de Trabalho; a Coordenação Geral pode ser deliberativa sem nenhum limite, ou pode deliberar apenas nos assuntos mais específicos. Tôdas estas regras dependem das necessidades da ação. Querer impor regras desligadas dessas necessidades leva à deterioração do movimento.
Há dois desvios básicos na orientação das organizações de base. O primeiro é o desvio "burocratizante". É quando as organizações de base assumem uma estrutura rígida, fechada, semelhante à das entidades de massa. A Coordenação Geral baixa normas de funcionamento, estabelecendo regras, prazos, atribuições, etc. Neste esquema, o que deturpa mais o movimento é quando o coordenador é fixo e a Corrdenação Geral tem amplos poderes deliberativos: isto faz com que o coordenador de grupo, além de exercer a função de coordenar, ocupe um cargo, portanto uma posição estabelecida, o que lhe dá poder político. Uma estrutura de grupos de trabalho que funciona durante muito tempo com o coordenador com amplos poderes deliberativos, tende a burocratizar-se e perde a sua função de mobilização e revitalização do movimento. Aquilo que é apenas uma função que o coordenador exerce em nome do grupo se transforma num cargo cuja importância política ultrapassa aquela que originàriamente o

grupo lhe havia atribuido. O Grupo de Trabalho, em vez de ser um meio de debate amplo e democrático, passa a ser a arena de disputas de poder político. Com isso, os estudantes policicamente mais atrazados, os que estão se formando, aquêles para quem os GTs. funcionam como instrumento de concientização também, vêm-se alijados da discussão política, e principalmente da decisão tomada. Mesmo que o coordenador leve a decisão de seu grupo, dentro da coordenação geral ela tende a ter que ser reformulada, pois novas situações surgem na discussão dos outros grupos; e assim o estudante de base vê surgir uma decisão saída de uma discussão da qual êle nem sequer teve conhecimento.

É claro que há circunstâncias em que a Coordenação Geral deve ter amplos poderes deliberativos. São as circunstâncias em que o movimento está no auge, e em que é necessário a todo momento tomar novas decisões. Quando isso acontece, as deliberações tomadas na coordenação geral são frutos do amadurecimento do movimento que veio crescendo democràticamente e das necessidades de uma ação rápida e eficiente. Por isso, por corresponder às necessidades da ação, êste tipo de organização de base não se torna burocratizante nestas circunstâncias. Nas primeiras etapas do movimento, as decisões políticas gerais devem ser amadurecidas nos Grupos de Trabalho, encaminhadas para a votação na Coordenação Geral, e decididas em assembléias gerais.

O segundo desvio na estruturação do GT é o "militarista", Apresenta um tipo de organização semelhante ao anterior, porém mais rígida, com ordens vindas de cima, tôdas voltadas para a ação do grupo. Impor a uma organização de base uma estrutura rígida, semelhante à de um partido, é supor que as bases estudantís fizeram opção ao nível de uma opção partidária. No entanto, em princípio, a única opção feita pelos componentes de uma organização de base é a da participação naquele movimento. Dêles só se pode exigir que aceitem o centralismo democrático que rege o movimento; que acatem as decisões de maioria, tiradas de grupos e de assembléias. Propor uma estrutura rígida, quase militar a um estudante em formação é cortar as possibilidades de sua evolução política consequente. Além disso, por não corresponder

às necessidades de sua ação (que estão no nível da atuação no movimento estudantil e não no nível da militância partidária), essa disciplina cai no formalismo e leva, igualmente, à deterioração do movimento. Há aqui também, circunstâncias em que se deve tornar mais rígidas as regras de disciplina. É quando o aparêlho repressivo do Estado se mostra mais agressivo; quando, devido ao ascenso do movimento de massas, êsse aparêlho é pôsto para funcionar de maneira mais ativa e ostensiva. Porém, nessas situações é a própria massa estudantil que, sentindo a necessidade da disciplina para defender a sua segurança, exige mecanismos organizatórios rígidos, exige a disciplina individual para a ação coletiva organizada.

Se tiver claro qual é a função dos Grupos de Trabalho, não desvios, como os descritos. Se se tiver claro que a função dos GTs. e das FTs. é organizar o movimento estudantil em função das necessidades de ação, mobilizar mais estudantes e revitalizar o movimento, pode-se incorrer em erros; porém, através de uma análise crítica, será possível compreender a ausência dos êrros e corrigí-los numa prática correta. Conduzindo a estruturação das organizações de base desta maneira, as entidades de massa fortalecerão o movimento e a si próprias.

Entanto — [illegible] Entização das Massas e [illegible] dos Líderes

Fim [illegible] — As idéias, sejam [illegible] os meios